

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

(Do Sr. Iran Barbosa)

Requer a realização de audiência pública sobre Transposição do Rio São Francisco, no dia 15 de março de 2007.

Senhor presidente,

Com fundamento no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito da realização de **audiência pública** para debater o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, a realizar-se no dia 15 de março de 2007, às 14h, com as seguintes presenças:

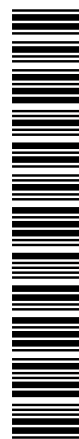
1. Pedro Brito do Nascimento – Ministro da Integração Nacional
2. Dom Luiz Cappio – Bispo da Diocese de Barra/BA
3. João Abner Guimarães Jr. - Doutor em recursos hídricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
4. João Suassuna - Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco em Recife.

JUSTIFICATIVA

O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco tem dividido a opinião pública. O governo o elegeu como prioritário. As redes de organizações e movimentos sociais da sociedade civil tem se posicionado contrariamente ao projeto.

O Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) tem reservas ao projeto e a I Conferência Nacional do Meio Ambiente chegou a aprovar uma moção de repúdio e uma deliberação de proibição da transposição de águas do Rio São Francisco. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e o Centro de Estudos e Projetos do Nordeste – CEPEN também tem apresentado pareceres críticos ao projeto. Até o Banco Mundial, conhecido por financiar projetos com impactos socioambientais negativos, é contra o projeto.

Há fortes indícios de que a transposição do Rio São Francisco não vai resolver o problema da sede e da fome das populações mais necessitadas do semi-árido, pois se trata de um projeto de alto custo, voltado para interesses outros que não são os destas populações. Desde sempre as oligarquias regionais



0BE32EA201

utilizaram-se da indústria da seca para desviar recursos do poder central e os grandes projetos hídricos serviram sempre para concentrar terra e água, riqueza e poder. As redes e movimentos sociais que integram o Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais (FBOMS) afirmam que esse projeto promove a apropriação de dois tipos de recursos públicos: (a) recursos financeiros vultosos que poderiam ser empregados em projetos mais eficazes, de convivência com o semi-árido; (b) recursos hídricos disponíveis nos estados supostamente "beneficiados", faltando apenas sistemas adequados de distribuição e gerenciamento, na contramão do que se implantará o mercado de águas com a comercialização dos recursos hídricos transpostos do São Francisco. Afirmam e atestam que o projeto não vai dar de beber a quem tem sede; vai entregar, mais uma vez, nossas riquezas naturais aos oligarcas, tradicionais e novos, aos que sempre foram e continuam sendo os donos do poder naquela região.

O projeto é criticado também pelas falhas técnicas, especialmente no que tange ao montante de água que será captada no Velho Chico para fins de transposição. Ademais, o FBOMS afirma que não é possível declarar a viabilidade ambiental do projeto sem conhecimento da dinâmica climática e da periodicidade do rio que vai perder água e dos rios intermitentes e sazonais que vão receber filetes das águas transpostas. Afirma que não só este conhecimento não está sendo considerado, como outros sobre impactos na bacia doadora, razão pela qual diz que foi uma temeridade e uma irresponsabilidade a licença ambiental dada pelo IBAMA.

Por outro lado, o custo financeiro do projeto, que é em torno de R\$ 4,5 bilhões, nos dois anos iniciais, é suficientemente significativo a merecer atenção redobrada do Congresso Nacional.

Não se pode pensar em transposição sem antes assegurar a revitalização da Bacia do São Francisco. Esta deve ser uma prioridade de governo.

Por qualquer ângulo que se analise, o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco é complexo e polêmico. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) não pode ficar de fora desse debate.

Entre os dias 12 e 16 de março, diversas organizações e movimentos sociais realizarão um acampamento em Brasília, que reunirá mais de 500 lideranças das regiões atendidas pelo Velho Chico, cujo objetivo central é expressar posição contrário ao projeto. É uma oportunidade única para que a Câmara dos Deputados aprofunde o debate, realizando a audiência pública que ora se requer.

Por todas essas razões, peço apoio dos meus pares para realização da audiência pública sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, no dia 15 de março de 2007.

Sala das comissões, 03 de março de 2007.

Deputado Iran Barbosa
(PT/SE)



0BE32EA201